Contra a impunidade, em defesa da soberania

Pedro Tierra

22/07/2025

Ao longo de sua carreira, o ex-capitão aprendeu a identificar as brechas da institucionalidade, a contar com a conhecida leniência das elites brasileiras, seja na caserna, seja nos espaços civis e esgueirar-se por elas para escapar da punição pelos crimes que cometeu.



Construiu a partir daí um projeto político familiar que em nada o diferencia da cultura do submundo das milícias por onde se move. Nesse aspecto, reproduz no Brasil um século depois o tradicional vínculo que verificamos entre o *lumpem* e a emergência das experiências nazifascistas europeias da primeira metade do século XX.

A ascensão do clã ao poder no turbulento pleito de 2018 à presidência da república, ancorado pelos setores conservadores da direita tradicional oligárquica – *remember* "A escolha difícil" – para se contrapor ao retorno do Partido dos Trabalhadores ao governo central contribuiu para reforçar a convicção entre eles de "com a gente não acontece nada" expressa na frase emblemática: "Para fechar o STF, basta um cabo e um soldado".

Essa segurança da impunidade – como ocorreu com os carniceiros da ditadura – acabou por se constituir numa cultura de atropelo das regras institucionais – ao contrário do discurso "*sempre dentro das quatro linhas"* –, em que os membros do clã e seu entorno agiram durante o período de governo como produtores de provas abundantes contra si mesmos.

Ao se confirmar a denúncia, o clã entrou em pânico diante da circunstância concreta de uma Procuradoria Geral da República que se dispôs a cumprir seu papel institucional de defesa da sociedade, diferentemente da flagrante conivência observada nos anos anteriores e de um Judiciário alvo de ataques contínuos, determinado a fazer justiça e defender a Constituição liberal-democrática de 1988.

As medidas cautelares adotadas nos últimos dias pelo Supremo Tribunal Federal contra o ex-capitão agora réu, com o claro propósito de não ser colhido de surpresa como no caso Zambelli, despertou reações enfurecidas de neo-defensores de direitos humanos no Parlamento, nos meios de comunicação e nas redes sociais em defesa do líder que não faz muito tempo proclamava em alto e bom som nos meios de

comunicação: *“Eu sou a favor da tortura! Tu sabe disso”!* O mesmo que liderou o golpe de estado que buscava reverter pela força os resultados das eleições presidenciais de outubro/novembro de 2022. E se materializou no desastre e na derrota em 8 de janeiro de 2023. Neste momento esse personagem sinistro aguarda julgamento, a partir de agora, com limitadas possibilidades de fuga.

Num passado recente – pós-segunda guerra mundial – a CIA estendeu sua rede pelo continente, conspirou e derrubou governos democráticos legítimos e impôs regimes ditatoriais por décadas. Naquele período os agentes recrutados pela CIA eram remunerados. Agora, aparentemente adotou o sistema de trabalho voluntário. O que vemos nos últimos dias é que a CIA utiliza os serviços de agentes a troco de casa e comida. Mais precisamente, oferecem cidadania americana e escola para os filhos dos traidores recrutados, como ocorre com o deputado foragido, em véspera de perder o mandato. Como se sabe as lutas políticas não dispensam a traição, mas não perdoam (no tempo devido) os traidores.

A ação insidiosa dos membros do clã com audiência no comando da Internacional neofascista e interlocução com a Casa Branca resulta, neste momento, na ofensiva em curso contra o Brasil anunciada por Trump, impondo tarifas de 50% sobre os produtos comercializados com os EUA a partir de 1º de agosto. Com a condição do país suspender IMEDIATAMENTE o processo contra o líder da fracassada tentativa de golpe de estado consumada no 8 de janeiro de 2023.

O governo de EUA não convidou o governo brasileiro para uma negociação em torno de tarifas.

Nos impôs um ultimato político pelas redes sociais.

Esse é o desafio que o governo Lula, as esquerdas brasileiras, os partidos de centro e mesmo os setores conservadores não golpistas: defender a institucionalidade democrática, defender a soberania nacional diante desse ataque inaceitável e avançarmos nas conquistas sociais e ambientais alcançadas a partir da posse do Presidente Lula em janeiro de 2023.

Os setores organizados da sociedade brasileira, os sindicatos, as associações profissionais, os movimentos comunitários, populares e culturais, os setores empresariais comprometidos com a soberania nacional, as igrejas, as universidades e centros de pesquisa, a intelectualidade são chamados a ocupar as redes e as ruas numa campanha organizada a partir de comitês populares, nos moldes das *“Diretas Já”* em defesa da dignidade do Brasil, de sua independência como nação diante do avanço do projeto neocolonialista em curso apoiado por um clã de escroques que trama à luz do dia contra os interesses do povo brasileiro.

SOBERANIA SEMPRE!

Brasília, 20 de julho de 2025.

Pedro Tierra *é poeta e ex-presidente da Fundação Perseu Abramo.*

Compartilhe nas redes: